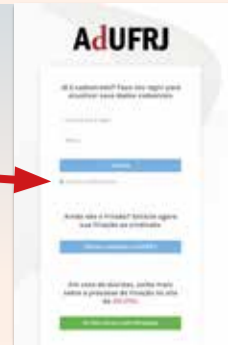




Acesse:
cadastro.adufrj.org.br
No primeiro acesso, clique em
esqueci minha senha

informe o e-mail pelo qual recebe as mensagens da AdUFRJ. Você receberá um link para definir a senha de acesso. Aí, é só atualizar seus dados pessoais e profissionais.



ELEIÇÕES DA AdUFRJ Prazo de inscrição das chapas vence na próxima quinta-feira, dia 12. Haverá eleição também para o Conselho de Representantes. Candidatos podem se inscrever até 2 de setembro **Página 2**

GOVERNO REDUZ 70% DA COTA DE IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PESQUISA E PARALISA PROJETOS

Página 4



MEMÓRIA EM CHAMAS

O incêndio na Cinemateca, a pane no CNPq, a crescente burocratização da Capes e os cortes na cota de importação das pesquisas brasileiras não são eventos isolados. Fazem parte de um projeto e de um enredo aterrador que poderia ser escrito por Franz Kafka. Mas não são obra de ficção. O autor está bem vivo e trama a partir do Palácio do Planalto. “É um momento muito particular, de ter um presidente partidário da necropolítica, no sentido amplo. Não só em deixar morrer uma boa parte da população, seja por covid-19, seja por pobreza. Isso inclui também a memória do Brasil”, resume Consuelo Lins, professora titular da Escola de Comunicação.

Páginas 3, 4 e 5

EDITORIAL

NÓS OU ELE

DIRETORIA

N a quinta-feira passada, dia 29 de julho, observamos com tristeza a dilapidação de mais um patrimônio cultural brasileiro: um galpão da zona oeste de São Paulo, que abrigava grande acervo da Cinemateca Brasileira, ardeu em chamas por horas a fio. Poucos dias antes, caía o acesso à Plataforma Lattes, o maior banco de dados da pesquisa brasileira, sem qualquer previsão de retorno (e, até o fechamento desta edição, ainda não normalizado). Alguns poderiam achar fora de lugar a proeminência dada a esses acontecimentos, dada a movimentação recente no Congresso – privatização dos Correios, PEC 32 etc – mas é justamente o contrário: se um sindicato de professores universitários não der atenção a símbolos tão emblemáticos do apocalipse intelectual que se anuncia, ninguém dará. Sabemos que tais eventos não são inéditos, e que o Brasil nunca foi exatamente pródigo no tratamento da sua Ciência e Cultura. Tivemos incêndios devastadores do Museu Nacional em 2018 e do Museu da Língua Portuguesa

em 2015, a falência do Museu do Ipiranga (fechado desde 2013), o abandono do Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia desde 2018, entre vários outros. Entretanto, poucas tragédias foram tão anunciadas quanto as da semana passada: o contrato com a Fundação Riquette Pinto para a administração da Cinemateca simplesmente expirou no final de 2019 sem que quaisquer providências fossem tomadas (verdade seja dita, essa diretoria não sabe quantos e-mails a FRP mandou ao Ministério do Turismo,

Como ele não conseguiu mandar todo mundo para "a ponta da praia", vai tentando nos solapar por inanição. Mas que ninguém se engane: assim como nos velhos filmes de faroeste, somos nós ou ele.

responsável pela Secretaria Especial de Cultura – SEC), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – o CNPq – responsável pela plataforma Lattes, está sendo mantido a pão

num dia e água no outro. Num governo normal, tais desastres seriam seguidos de manifestações enfáticas das autoridades competentes, e estas provavelmente se movimentariam para – mesmo que oportunisticamente – disputar mais recursos.

Contudo, tudo que vemos são gracejos do ministro (?) Marcos Pontes e notas lacônicas da SEC, quase como se estivessem incomodados em ter que garantir o funcionamento básico das coisas.

Ou seja, se depender dessa corja que nos governa, nós é que vamos em breve ter de nos desculpar por nos preocuparmos com “frescuras” como Ciência e Cultura. Em suma: se nossos incêndios e apagões costumavam ser por conta de descaço, agora eles fazem parte de um projeto. Ainda que de forma cínica, Bolsonaro abraça a ideia olavista de que a vida intelectual brasileira se resume à implantação do “comunismo” (usado como uma metáfora pueril de uma libertinagem tosca) no Brasil e que, consequentemente, no afã de restaurar os “valores ocidentais” (um cristianismo superficial de matiz punitiva), deve ser exterminada.

Como ele não conseguiu mandar todo mundo para “a ponta da praia”, vai tentando nos solapar por inanição. Mas que ninguém se engane: assim como nos velhos filmes de faroeste, somos nós ou ele.

ADUFRJ PARTICIPA DE REUNIÃO SOBRE A EBSERH

■ A diretoria da AdUFRJ se reuniu, dia 2, com integrantes de um movimento de professores, técnicos e estudantes que desejam impedir a adesão da UFRJ à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O tema, que dividiu a comunidade acadêmica há quase dez anos, nunca foi votado no Conselho Universitário. Mas, nos últimos meses, voltou a ser discutido pelas unidades de saúde como a alternativa possível para resolver problemas estruturais. Hoje, a empresa administra 39 hospitais federais universitários.

Os representantes do movimento contra a Ebserh enfatizaram a necessidade de mais debate antes de qualquer deliberação institucional. O governo Bolsonaro e o intervalo de oito anos entre a primeira discussão e a atual justificariam a cautela. E solicitaram apoio da AdUFRJ para a organização de uma plenária comunitária sobre a empresa.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller respondeu que considera muito ruim abrir o debate sobre a Ebserh no momento político atual. “Essa discussão nos divide, num momento político dos mais complexos da nossa história”. Ela também observou que há muitos docentes, em especial no CCS, favoráveis à uma discussão sobre a EBSERH. “Não podemos participar de uma plenária que já é, por princípio, contra. Se for para rediscutir a Ebserh, para entender porque essa questão está sendo levantada agora, aí a gente participa sem problemas”, disse.

Como ele não conseguiu mandar todo mundo para “a ponta da praia”, vai tentando nos solapar por inanição. Mas que ninguém se engane: assim como nos velhos filmes de faroeste, somos nós ou ele.

INSCRIÇÃO DE CHAPAS PARA DIRETORIA DA ADUFRJ VAI ATÉ O DIA 12

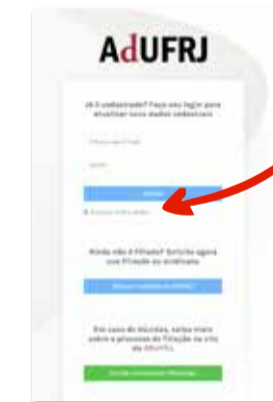
A reunião do Conselho de Representantes nesta sexta-feira, dia 6, por determinação do regimento, aprovou a comissão que vai conduzir as eleições da AdUFRJ, marcadas para os dias 13, 14 e 15 de setembro. São integrantes da comissão eleitoral o professor Hélio de Mattos Alves (como presidente), da Farmácia, ex-diretor do sindicato (gestão 1985-1987) e ex-prefeito universitário; o professor Luciano Coutinho, da FACC, também ex-diretor do sindicato (gestão 2013-2015) e a professora Maria Fernanda Elbert, do Instituto de Matemática. Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller elogiou os nomes da comissão. “Essas indicações são de pessoas que têm condições de tocar o trabalho com tranquilidade”. E completou: “Os próximos anos não serão dos mais fáceis. Deixo, desde já, meus parabéns e minha admiração por todos que estão envolvidos neste processo”. Eleonora disse que a diretoria deve chamar uma reunião do Conselho, depois das eleições, para avaliar a prestação de contas da atual gestão.

CRONOGRAMA

Termina em 12 de agosto o prazo de inscrição para chapas à Diretoria da AdUFRJ junto à secretaria da AdUFRJ. Já as listas de candidatos ao CR têm mais tempo: poderão se inscrever até 2 de setembro. Estão aptos a votar todos que se sindicalizaram até 13 de julho deste ano. A posse da nova gestão e do novo conselho ocorre em 15 de outubro. No início da reunião, a diretora Christine Ruta anunciou o novo sistema de cadastramento dos docentes filiados à AdUFRJ (leia mais ao lado). “Fizemos vários testes. Pedimos que todos acessem. A pessoa gasta dois minutos para preencher. É muito rápido”, afirmou.

ATUALIZE SEUS DADOS

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro, serão realizadas as eleições para a diretoria e Conselho de Representantes da AdUFRJ. Atualize seus dados para receber todas as informações.



Acesse: cadastro.adufrj.org.br
No primeiro acesso, clique em esqueci minha senha

Informe o e-mail pelo qual recebe as mensagens da AdUFRJ. Você receberá um link para definir a senha de acesso. Aí, só atualizar seus dados pessoais e profissionais.

Caso apareça a mensagem E-mail não encontrado: fale com a gente no [whatsapp](https://whatsapp.com/channel/00299111111111111111) (se não tiver, envie um e-mail para secretaria@adufrj.org.br).

formações da AdUFRJ. Ele vai receber um link para definir a senha. A partir daí, é só atualizar os dados pessoais e profissionais.

Caso receba a mensagem “e-mail não encontrado”, o professor deverá entrar em contato com a secretaria pelo número de whatsapp (21) 99365-4514.

Nessa mesma página, na parte inferior, há um botão verde para facilitar o contato. Quem não ti-

ver o aplicativo pode falar com a secretaria pelo e-mail secretaria@adufrj.org.br ou pelos telefones (21) 99365-4514 ou 99808-0672.

A página de cadastro também orienta como os professores podem se filiar à AdUFRJ. Mas novos sindicalizados não poderão participar da eleição deste ano. O prazo era até 13 de julho.

■ **O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO** desta semana recebe os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, diretores do sindicato, para falar do incêndio na Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e da queda da plataforma Lattes. O programa também debate os ataques do presidente Jair Bolsonaro à democracia e ao processo eleitoral. Será que as instituições estão respondendo à altura? O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul aprovou uma nota de apoio ao impeachment de Bolsonaro. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h.



ENTREVISTA | CONSUELO LINS PROFESSORA TITULAR DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E INTEGRANTE DO COMITÊ CIENTÍFICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DE CINEMA E AUDIOVISUAL



“VIVEMOS UMA GUERRA CULTURAL. O GOVERNO QUER QUEIMAR TUDO”

ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO
comunica@adufrj.org.br

Não foi só uma consequência dramática do descaço ou uma tragédia anunciada e denunciada meses antes pelos funcionários e autoridades do Ministério Público. O incêndio da Cinemateca, na noite de 29 de julho, integra um projeto criminoso de queimar todo e qualquer polo crítico, criativo, inteligente, emancipatório no Brasil. “Há uma guerra cultural em curso. O governo Bolsonaro declarou guerra contra qualquer coisa que seja crítica, libertária e criativa. A cinemateca é simbólica disso tudo”, resume Consuelo Lins, professora titular da Escola de Comunicação da UFRJ, e usuária assídua dos acervos da Cinemateca para suas pesquisas. Documentarista e estudiosa da produção audiovisual brasileira, Consuelo está

inconformada com os efeitos das chamas. “O fogo consumiu toda a memória de algumas instituições federais de fomento ao cinema, como a Embrafilme. Toda memória que se tem de todas as produções feitas por esta instituição tão importante foi queimada”, lamenta. “É desolador. Como dizia Darcy Ribeiro, é um projeto de desmonte, não é uma incompetência, é deliberado”. Pesquisadora do papel da memória na construção cultural, Consuelo ressalta que o incêndio não destruiu apenas o passado. “Elas queimaram também o futuro. Construímos o futuro a partir do passado, a partir de imagens registradas no passado e guardadas em instituições como a Cinemateca. Por isso, essas instituições são tão importantes, porque são essenciais para a construção do futuro”, lamenta a docente em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**. “No atual momento, é urgente uma política de redução de danos. É o possível. E o mais rápido possível. Ainda há muitas outras coisas com potencial não só de serem queimadas, mas de serem perdidas por falta de preservação”.

● **Jornal da AdUFRJ: A cinemateca pegou fogo ou foi incendiada?**
■ **Consuelo Lins:** Foi incendiada. É a crônica total de um crime anunciado.

● **O que significa perder essa memória da produção cultural, não só do cinema?**

■ É uma possibilidade de futuro. Potencialmente, você tem uma multiplicidade de possibilidades naquele material. Não é só cinema. É história, antropologia. Tem imagens dos índios, no começo do século XX. Por mais que a gente possa problematizar essas imagens. A memória não está ali pronta. É um material que a gente tem que trabalhar de variadas maneiras. No Brasil, já é difícil a preservação. Muita coisa já se perdeu. E, de repente, se você queima isso, você não pode mais reconfigurar as coisas. Potencialmente, você acaba com essa multiplicidade de possibilidades.

● **A senhora lembra do exato momento em que recebeu a notícia do fogo no galpão da Cinemateca? O que sentiu naquela hora?**

■ Recebi a notícia por mensagem de uma amiga, Patrícia Machado, da PUC-Rio, que trabalha com imagens de arquivo. Ela estava em estado de choque. Eu lembro que falei: “Não, não é possível”. Mas é possível. Neste governo, as notícias terríveis são tão cotidianas...

● **A cinemateca já pegou fogo antes. Houve um grande incêndio em 1957..**

■ Agora é diferente dos anos 1950, porque hoje a gente tem mais consciência da preservação. É um momento muito particular, de ter um presidente partidário da necropolítica, no sentido amplo. Não só em deixar morrer uma boa parte da população, seja por covid-19, seja por pobreza. Isso inclui também a memória do Brasil. A situação



“Há uma guerra cultural em curso. O governo Bolsonaro declarou guerra contra qualquer coisa que seja crítica, libertária e criativa. A cinemateca é simbólica disso tudo. Uma guerra que não é só no Brasil. Mas, no Brasil, as coisas são mais toscas, mais caricaturais”.

ação estava complicada na Cinemateca há muitos anos. Mas as coisas estavam funcionando até o Bolsonaro ser eleito. Não existe nenhuma empatia dele com nada que acontece no Brasil de trágico. É um projeto mesmo de incendiar, de

acabar. A Cinemateca é muito simbólica disso.

● **O que fazer para impedir mais destruição na Cinemateca?**

■ Claro que precisa ter uma política de longo prazo, independentemente de governos, precisa de mais verbas. No atual momento, é política de redução de danos. É o possível. E o mais rápido possível. Ainda há muitas outras coisas com potencial não só de serem queimadas, mas de serem perdidas por falta de preservação. Espero que consigam fazer esse deslocamento (da gestão) para o governo do estado ou que volte a ser da associação dos amigos da Cinemateca. Ela passou a ser subordinada ao Ministério da Cultura, quando o governo estava interessado em investir em Cultura. Mas, com a mudança de governo, isso é terrível.

● **Por que os bolsonaristas odeiam tanto a Cultura e a Ciência?**

■ São milhares de razões. Há uma guerra cultural em curso. O governo Bolsonaro declarou guerra contra qualquer coisa que seja crítica, libertária e criativa. A cinemateca é simbólica disso tudo. Uma guerra que não é só no Brasil. Mas, no Brasil, as coisas são mais toscas, mais caricaturais.

● **O que se perdeu?**

■ Ainda estão fazendo o levantamento. O mais importante é toda a memória de algumas instituições federais de fomento ao cinema, como a Embrafilme. Toda memória que se tem de todas as produções feitas por esta instituição tão importante foi queimada.

● **Qual sua relação com a cinemateca?**

■ Já frequentei vários festivais de cinema lá ou seminários acadêmicos. Existe uma associação acadêmica, a Socine, a Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual, que muitas vezes fez suas reuniões na Cinemateca. Quem trabalha

com cinema, na academia ou na prática, frequenta ou frequentou a Cinemateca em algum momento da vida.

Em 2009, ganhei um edital do ministério da cultura para fazer um curta-metragem sobre as babás. Além de falar daquele momento no Brasil, poucos anos antes da regulamentação da profissão das empregadas domésticas, havia essa pesquisa. Eu queria buscar imagens nos arquivos familiares e nos arquivos públicos. Vim a São Paulo (Nota da Redação: a professora estava na capital paulista, quando concedeu esta entrevista). As funcionárias que me atenderam foram absolutamente ágeis e competentes. Fizeram uma seleção de materiais. Fiquei dois, três dias assistindo a imagens dos anos 1910, 20 e 30 e consegui imagens muito legais.

● **Como essa sua experiência ajuda a explicar a importância da Cinemateca?**

■ Eu encontrei imagens, mas não com essa rubrica “babás” ou “trabalho doméstico”. As famílias com posse compraram câmeras e filmaram batizados, casamentos. E essas pessoas que eram tão presentes no cotidiano das famílias apareciam tão pouco. O fato de os negros aparecerem tão pouco nessas imagens é um dado a ser trabalhado. O que essas imagens não revelam também é fundamental, mas elas precisam existir.

● **Por que a UFRJ ainda não tem um curso de graduação de cinema?**

■ Precisamos de uma reestruturação maior. De mais equipamento, de mais técnicos. Temos aula de roteiro, de edição, de montagem, mas não conseguimos organizar algo como existe na USP ou na UFF. Vamos continuar nesta batalha, mas agora é tentar se manter de pé com o que é possível. Depois, a gente volta a tentar avançar nestas questões.

REALIDADE 'KAFKIANA'

GOVERNO REDUZ 70% DA COTA DE IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PESQUISA

"Eu ganhei uma verba de emenda parlamentar para montar um laboratório novo na Coppe, mas a cota de importação já esgotou e eu não consegui nem começar o projeto", afirma o professor Luciano Menegaldo, do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe

SILVANA SÁ E LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjr.org.br

setores estratégicos para o desenvolvimento do Brasil passam por um momento dramático de cortes e desmontes de comissões históricas. A situação da Ciência é emblemática, com restrições orçamentárias severas e processos burocráticos kafkianos.

Em 2021, o governo federal liberou menos de um terço da cota de importação de insumos e equipamentos para pesquisa. O patamar histórico é da ordem de US\$ 300 milhões, mas só houve aprovação de US\$ 93 milhões. Esta cota permite que pesquisadores brasileiros importem materiais necessários às suas investigações livres do imposto, uma economia que pode superar os 60%.

"Em geral, os insumos e equipamentos de ponta vêm de fora porque não são produzidos em território nacional. É uma necessidade real, já que estamos desindustrializados", aponta o professor Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies) e diretor executivo da Fundação Coppetec. "Reduzir a cota em 70% é uma maldade, sobretudo para quem não tem dinheiro. E a pesquisa nacional não tem recursos", protesta. As fundações ligadas às universidades respondem por até 80% de todas as importações do Brasil para a pesquisa. Noventa delas são afiliadas ao Confies.

A cota para importações, usando a Lei 8010, de 1990, foi esgotada em maio sem conseguir atender à maior parte da demanda. São necessidades diversas: compras de insumos, de equipamentos, peças para reparo e manutenção de máquinas de ponta. "Eu ganhei uma verba de emenda parlamentar para montar um laboratório novo na Coppe, mas a cota de importação já esgotou e eu não con-

seguir nem começar o projeto", afirma o professor Luciano Menegaldo, do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe. "O primeiro passo era fazer a importação dos equipamentos e essas importações estão paradas. São equipamentos mais modernos que vão também atender aos pacientes da pediatria do IPPMG", conta.

Laboratórios experimentais de diferentes áreas enfrentam problemas. "Estou com um processo de importação parado desde janeiro deste ano. Entramos com outro processo no mês passado e também não temos nenhuma previsão", relata o professor Angelo Márcio de Souza Gomes, do Laboratório de Baixas Temperaturas, do Instituto de Física. O primeiro processo busca a importação de uma porta amostras para medidas magnéticas. O segundo, um equipamento de ponta para o laboratório. "Hoje nós só temos um porta amostras que, se parar, não temos o que fazer. O laboratório fecha". Os produtos vêm dos Estados Unidos e da China.

Outro obstáculo é a flutuação do dólar. O processo é enviado para análise do CNPq com um orçamento baseado no câmbio daquele momento. Quanto mais lenta é a avaliação e a liberação do processo, mais dinheiro pode ser perdido com o aumento do dólar. "Há casos em que o pesquisador não consegue mais importar, porque o orçamento inicial não dá conta dessa alteração do câmbio. Deixa de ser suficiente", afirma o professor Angelo. "Além disso, ainda há a questão da prestação de contas do projeto. Se não gastamos o recurso no prazo, precisamos devolver o dinheiro ou pedir extensão do tempo".

Levantamento realizado pelo Confies em junho deste ano já indicava que apenas cinco fundações filiadas já acumulavam 45 importações paradas por falta de cota. Uma média de

HIPPERT



US\$ 100 milhões agora e depois outros US\$ 107 milhões, perfazendo, assim, o total de US\$ 300 milhões", conta Fernando Peregrino. "Mas, até, agora, nada disso se confirmou", afirma.

Uma solução seria utilizar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A comunidade científica se mobilizou para tornar os recursos do fundo incontingenciáveis. O PLC 135/2020 foi aprovado e tornado Lei Complementar 177/2021. O presidente Jair Bolsonaro chegou a vetar artigos para desfigurar a lei, mas o Congresso rejeitou os vetos. "Tudo certo, tudo aprovado, mas Bolsonaro e Paulo Guedes não cumprem a lei. Aqueles que têm uma visão equivocada da economia não sabem o mal que estão fazendo ao país", analisa Peregrino.

FACADA NO PEITO DOS CIENTISTAS

Denise Freire, pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, considera que o corte da cota de importação abala também a internacionalização da universidade. "Temos muitos projetos internacionais, contamos com a tecnologia importada. Quando se corta isso, agrega-se um valor a mais para os projetos que a gente não pode honrar. Isso afeta os projetos acadêmicos, de mestrado e doutorado, mas também projetos com a indústria", pontua a dirigente. "Vários projetos inovadores, como por exemplo, a nossa vacina, estão ameaçados. É uma facada no peito de que a gente não precisava".

Os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Economia foram procurados pela reportagem. O MCTI não retornou às tentativas de contato. Já o Ministério da Economia informou, por sua assessoria, que não iria comentar nem sobre o corte da cota de importação, nem se Paulo Guedes vai mesmo liberar os US\$ 100 milhões prometidos.

PRESIDENTE DA CAPES NOMEIA ORIENTANDA

A escalada de desmonte da pesquisa chega a níveis até difíceis de acreditar. Os perfis técnicos e qualificados estão dando lugar a conchavos e interesses pessoais. Um exemplo aconteceu nesta semana na Capes. No último dia 4, a Diretoria de Relações Internacionais foi assumida por Lívia Pelli Palumbo, aluna de doutorado da atual presidente da agência, a professora Cláudia Mansani Queda de Toledo. A comunidade científica recebeu a notícia com preocupação, principalmente por se tratar de alguém sem atributos necessários para conduzir uma das diretorias mais importantes da Capes. A Sociedade Brasileira de Física, que há menos de quatro meses se pronunciou com críticas à nomeação de Cláudia Mansani, voltou a se manifestar.

A SBF reafirma a importância da agência para a pesquisa brasileira e sublinha que a estudante não tem "qualquer experiência em coordenação de redes de colaboração internacional ou outra distinção que a credenciem para o cargo". A nota segue: "Isto é particularmente preocupante para o período que passamos, que demanda para a DRI um perfil de liderança com grande experiência acadêmica para re-articular as redes e os projetos institucionais de internacionalização da pesquisa científica do Brasil".

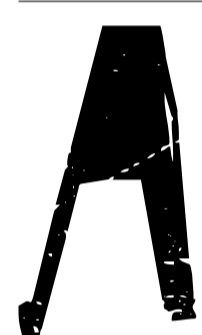
Lívia tem 35 anos. Graduiu-se em Direito na Instituição Toledo de Ensino, em 2008, faculdade de propriedade da família de sua orientadora. Fez o mestrado e curso de doutorado no mesmo local. Ela substituiu Heloisa Hollnagel, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A assessoria de imprensa da Capes se limitou a dizer que a atual presidente agradece a dedicação de Heloisa no tempo em que esteve à frente da diretoria e que deseja "sucesso em suas atividades futuras".

'O PROCESSO'

COORDENADORES DE PÓS EXIGEM METAMORFOSE DA BUROCRACIA DA CAPES

Professores querem diminuir o enorme tempo dedicado ao preenchimento de formulários. Mais de 600 pessoas já assinaram um manifesto, que deve ser encaminhado à presidente da agência na próxima semana

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br



A expressão "kafkiano", em referência à obra do escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924), virou sinônimo de absurdo ou ilógico. É desta forma que os cientistas brasileiros encaram o excesso de burocracia para aprovação de projetos, liberação de bolsas, avaliações e prestação de contas. Um estudo do Conselho Nacional das Fundações de Apoio (Confies), de 2017, constatou que um pesquisador gasta, em média, 33% do seu tempo com problemas burocráticos. Uma situação que piorou nos últimos anos. Mas os professores decidiram reagir.

A gota d'água foi uma sequência de mudanças nos processos de preenchimento da avaliação quadrienal na Plataforma Supucira, de 2019 até este ano. Todas passaram a demandar ainda mais horas dedicadas a atividades administrativas. Em protesto, docentes da UFRJ escreveram uma carta, que será encaminhada à presidência da Capes no início da próxima semana. O documento, por enquanto restrito a coordenadores de pós-graduação de todo o país, já conta com 639 assinaturas até o fechamento desta edição. Existe apoio de todas as áreas do conhecimento.

O professor Nelson Braga, titular do Instituto de Física, redigiu o texto em parceria com as colegas Ethel Pinheiro (Arquitetura) e Daniela Rodrigues (Ecologia). Em sua avaliação, o excesso de tempo gasto com tantos trâmites quase torna incompatível a função de coordenador de pós-graduação com a de docente. "Nós somos também professores, pesquisadores, orientadores, extensionistas e o tempo que levamos para preencher todos os formulários é desproporcional", critica. "É preciso ter em mente que a nossa atividade-fim é orientação, aula, formação de alunos. Não

é preenchimento de relatório", protesta. Só as mudanças na Plataforma Supucira geraram uma infinidade de manuais para orientar os coordenadores de pós, além de vídeos e lives para elucidar dúvidas. São 31 boletins de apoio só para ensinar o correto preenchimento dos novos dados acrescentados ao relatório de avaliação quadrienal, em curso. "O trabalho burocrático, que já era enorme, ficou ainda mais extenso e mudou tudo em cima da hora, tornando ainda mais difícil a nossa tarefa", avalia Nelson.

Para o professor Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ e titular do Instituto de Bioquímica Médica, é legítima a motivação de controle das atividades públicas de pesquisa, de buscar prestar contas daquilo que é produzido, mas a execução desse processo só tem piorado. "A forma como é feito esse controle joga nas costas dos funcionários públicos e docentes, em particular, uma carga de trabalho muito grande. Ou se simplifica essa carga, ou se oferece apoio institucional para realizar as tarefas", sugere.

Pedro fez a conta e percebeu que, se cada docente da universidade preencher ao longo de um mês um formulário de dez minutos, no total serão contabilizados 40 mil minutos de atividades burocráticas, o equivalente a 667 horas (a UFRJ tem 3.993 docentes, mas ele usou o número arredondado de quatro mil). "Nós trabalhamos 40 horas por semana, 160 horas por mês. Com um formulário simples, de dez minutos, você joga fora o tempo de trabalho de quatro professores", conclui. O docente estima que chega a gastar 40% de sua carga horária com "papaladas".

Pior do que o tempo gasto é a sensação de que o trabalho foi realizado em vão. "O volume de material gerado com cada formulário é tão grande que nenhuma comissão de avaliação tem tempo hábil para fazer uma análise detalhada. Eu tenho convicção de que a maior parte de tudo o que nós preenchemos

para as agências de fomento sequer é lido", opina Nelson Braga. "Eu sou professor da UFRJ desde 1990. A quantidade de coisas inúteis que fiz nesse tempo todo me deixa sinceramente irritado".

Ele deixa claro que a intenção do manifesto e das críticas não é apontar culpados, mas buscar mudar a forma como se faz o controle da produção científica brasileira. "A burocracia é um problema cultural nacional e isso faz com que o país não avance. É preciso pensar quanto tempo se vai perder com todos esses formulários. É preciso que essa cultura mude".

O professor Luciano Menegaldo, da Coppe, concorda. "Não só a burocracia externa é sufocante, mas interna, da UFRJ, também. Tanto a parte de tramitação de processos quanto acadêmica está cada vez mais burocrática, nos tira muita energia e muito tempo", critica. "Para se fazer qualquer coisa, são dezenas de passos e você gasta um tempo que não tem. Cada vez são mais regras, mais papéis, mais certificados. E as pessoas veem isso com normalidade, o que é mais impressionante".

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, a professora Denise Freire reconhece as dificuldades. "Precisamos de menos burocracia e muito mais liberdade para criar, fazer projetos inovadores e disruptivos", afirma. Em relação às reclamações sobre as burocracias internas, a docente afirma que um dos compromissos da atual gestão é simplificar os procedimentos, mas que isso nem sempre é possível. "Detecto inúmeras barreiras endógenas para a real desburocratização da UFRJ. Podemos citar a ditadura cada vez mais presente dos órgãos de controle e muitas vezes a existência de clusters de 'micropoderes' que precisam da burocracia para sobreviver".

Os problemas nos sistemas do CNPq, ressalta a pró-reitora, são a evidência mais recente de uma asfixia que põe em xeque toda pesquisa do Brasil. "Sou do conselho administrativo do CNPq em Biotecnologia. Uma área fundamental e prioritária em certos países. Recebemos cerca de cem projetos de pós-doutorado, de excelência, mas apenas 5% foram aprovados", conta a pró-reitora. "O que acontece com os 95%? Vão fazer qualquer coisa. É uma insanidade. Todos receberam a carta dizendo que o projeto é excelente, mas não houve verba para contemplar", lamenta a pró-reitora. "Vamos precisar nos reconstruir, e não sem perdas. A destruição já está sendo implementada e a reconstrução vai requerer muita energia. Perdemos a matéria-prima de processos. O futuro está muito ameaçado", conclui.

Ministro de Ciência e Tecnologia do governo negacionista e terraplanista, Marco Pontes comparou pane dos sistemas do CNPq a um pneu furado e disse que o "pessoal não vai morrer por causa disso"



TERRA PLANA

APAGÃO NO LATTES COMPLETA DUAS SEMANAS

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufjr.org.br



Há 14 dias fora do ar, a Plataforma Lattes só teve a busca por currículos de pesquisadores restabelecida no dia 3. O restante do sistema permanece indisponível. O CNPq informou que ainda está em andamento a migração dos sistemas para o novo equipamento, já adquirido pela agência, mas não indicou em quanto tempo os trabalhos estarão concluídos. Diante da situação, o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, minimizou o problema em transmissão via Instagram na semana passada. Comparou a pane a um pneu furado e disse que "o pessoal não vai morrer por causa disso".

O apagão do Lattes é uma tragédia anunciada, na opinião da pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, professora Denise Freire. "Quando você não investe em um servidor, não tem manutenção e diminui a verba de um órgão a níveis inimagináveis, você vê cortes de manutenção de sistemas essenciais", afirma. "É um desmontamento orquestrado de todo um sistema, é apagão, é redução da cota. Isso nunca aconteceu. Estou fazendo pesquisa desde 1982 e nunca vi o sistema Lattes, desde que foi criado, entrar em colapso como agora", avalia a docente. "Todos os pesquisadores ficaram assustados, perdi minha vida científica por uns dias. É um risco desnecessário, inimaginável".

O Lattes é usado para obter informações adicionais e selecionar alunos, professores, pesquisadores. "Todos os pesquisadores do país colocam sua trajetória inteira no Lattes. Trata-se de uma memória da ciência brasileira, com inúmeros dados".

Os problemas nos sistemas do CNPq, ressalta a pró-reitora, são a evidência mais recente de uma asfixia que põe em xeque toda pesquisa do Brasil. "Sou do conselho administrativo do CNPq em Biotecnologia. Uma área fundamental e prioritária em certos países. Recebemos cerca de cem projetos de pós-doutorado, de excelência, mas apenas 5% foram aprovados", conta a pró-reitora. "O que acontece com os 95%? Vão fazer qualquer coisa. É uma insanidade. Todos receberam a carta dizendo que o projeto é excelente, mas não houve verba para contemplar", lamenta a pró-reitora. "Vamos precisar nos reconstruir, e não sem perdas. A destruição já está sendo implementada e a reconstrução vai requerer muita energia. Perdemos a matéria-prima de processos. O futuro está muito ameaçado", conclui.

Conselho da UFRGS apoia impeachment

> Nota favorável ao afastamento de Bolsonaro foi aprovada por ampla maioria dos conselheiros, que querem também a destituição do reitor Carlos Bulhões

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O Conselho Universitário (Consun) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprovou, na sexta-feira (30), uma nota de apoio ao impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Fundamentada principalmente na má gestão do Planalto no combate à pandemia, a nota afirma que os mais de 500 mil mortos pela covid-19 são também vítimas “do negacionismo do governo federal, que tem tido como política agir de forma contrária às medidas apontadas pela Ciência para combater a pandemia”. O texto também cita a lentidão do governo na aquisição das vacinas e as denúncias surgidas na CPI

da Pandemia.

A nota foi apresentada pela conselheira Tamyres Filgueira, coordenadora do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS (Assufrgs). “Desde o início, Bolsonaro vem tratando a pandemia com descaso e negacionismo, e isso trouxe consequências trágicas”, sustentou Tamyres ao defender a proposição. “Bolsonaro não pode continuar na Presidência porque isso significa aumentar as mortes e os ataques às universidades públicas, um conjunto de ataques ao Serviço Público”, complementou. A nota foi aprovada com 52 votos favoráveis, quatro contrários e dez abstenções.

A UFRGS está sob intervenção — o reitor Carlos Bulhões teve apenas três dos 77 votos possíveis no colégio eleitoral, mas mesmo assim foi nomeado por Bolsona-

ro em setembro do ano passado — e, na mesma sessão do dia 30, os conselheiros aprovaram parecer com um indicativo de destituição do reitor. A votação do indicativo ocorrerá em sessão especial no próximo dia 13.

O documento, que foi aprovado com 55 votos favoráveis, seis contrários e uma abstenção, sustenta que Bulhões vem promovendo alterações na estrutura da universidade sem o aval do Consun. Entre elas estão a fusão das pró-reitorias de Graduação e de Pós-Graduação, além da criação da pró-reitoria de Inovação. O parecer também propõe acionar o Ministério Público Federal (MPF) por “indícios de violação dos princípios da legalidade e publicidade, que podem caracterizar inclusive prejuízo ao patrimônio público”.

Por meio de nota, a reitoria da

UFRGS disse que “não teme as reclamações, pois todas as medidas administrativas tomadas ocorreram dentro da legalidade”, e alega que a posição dos conselheiros é motivada por “questões ideológicas”. Caso o indicativo seja aprovado pelo Consun, a proposta seguirá para o MEC, a quem cabe a última palavra.

GESTO SIMBÓLICO

Na avaliação da professora Márcia Barbosa, integrante do Consun, a aprovação da nota de apoio ao impeachment de Bolsonaro e o parecer com o indicativo de destituição do reitor se complementam. “Bulhões começa a destruir a estrutura da universidade assim que assume, e sem consultar o Conselho Universitário. Com um comportamento muito parecido com o do governo, achando que entende

tudo e que não precisa consultar ninguém”, contou a professora. “Olhamos para o governo federal e o culpamos pela situação em que está a nossa universidade. Por isso votamos a favor da nota, porque o impeachment resolveria o problema nacional e o nosso problema local”, explicou a professora.

A decisão do Consun da UFRGS foi um grande gesto simbólico, mas para ter efeitos práticos são necessárias mais movimentações no tabuleiro da política nacional. Esta é a avaliação do cientista político e diretor da AdUFRJ Josué Medeiros. “Se todas as universidades do Brasil tomassem essa decisão, seria importante, não só do ponto de vista simbólico, mas também do ponto de vista de mobilização. Mas continua muito aquém do que é necessário para um processo de impeachment”, avaliou Josué.

Para o professor, sem mudanças na base parlamentar do governo, uma onda crescente nos atos de rua contra o governo, ou uma queda maior na popularidade de Bolsonaro, o presidente permanece acuado, mais ainda mantém seu cargo. Ao mesmo tempo, a reação da UFRGS é um sinal. “Isso aconteceu dias antes da CPI voltar, e algumas coisas que pararam durante o receso parlamentar serão ativadas novamente. Estamos agora com uma expectativa positiva com a volta da CPI”, explicou Josué.

ORÇAMENTO E AUTONOMIA SÃO PRIORIDADES DA ANDIFES

Eleito no final de julho como presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o professor Marcus Vinicius David (foto), reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) enfrenta um cenário de desafios sem precedentes. O orçamento das universidades federais para 2021 não é suficiente para que elas continuem funcionando, e com o agravante do planejamento de retomada das aulas presenciais no contexto da pandemia. A pesquisa científica é alvo de um desmonte operado pelo governo federal. Além disso, o presidente Jair Bolsonaro ataca a autonomia das universidades nomeando reitores que não foram escolhidos pela consulta pública às comunidades acadêmicas. Já são mais de 20 instituições sob intervenção. Eleito reitor em 2016 e reconduzido ao cargo em 2020, Marcus David foi vice-presidente da Andifes entre 2020 e 2021. Nesta entrevista ao *Jornal da AdUFRJ*, o novo presidente da associação falou de seus planos. (Lucas Abreu)

Jornal da AdUFRJ — Quais são as primeiras medidas que a sua gestão pretende tomar?

Marcus David — Vamos ter que, imediatamente, debater as questões de orçamento. Em agosto, o governo fecha o Projeto de Lei Orçamentária Anual para enviar ao Congresso. O MEC tem um prazo para enviar para o Ministério da Economia, então já começamos com o tema do orçamento como emergencial. E não só o de 2022, pois ainda estamos tentando recompor algumas perdas de 2021. Vamos tentar viabilizar alguma recuperação para as universidades.

Passado esse momento impositivo pelo calendário, quais serão as próximas ações da gestão?

Um tema muito forte neste momento é a retomada de atividades presenciais. É um tema muito complexo que envolve, além da avaliação do cenário epidemiológico, as medidas de adaptação que as universidades terão que adotar. E o cenário é muito diverso entre as universidades, com calendários diferentes. Algumas universidades estão conseguindo manter um calendário não muito defasado,

mas há outras que ultrapassam um ano de atraso. Buscar soluções conjuntas é importante.

Com relação ao orçamento, a Andifes pretende atuar diretamente junto ao Parlamento?

Vai ter um debate político. Primeiro sobre quais áreas do governo serão beneficiadas. Depois que tivermos uma definição do que a Educação recebe, também haverá um debate dentro da Educação para saber para quais áreas esses recursos irão. Há primeiro uma etapa no Executivo, e depois que o Executivo mandar o projeto de lei, tem a possibilidade de um trabalho no Congresso para algumas alterações.

Estamos diante de um governo cujo comportamento com as instituições de ensino federal é conflituoso. Há espaço no Executivo para esse diálogo?

Através da Secretaria Executiva do MEC, temos mantido um diálogo bastante intenso nos últimos meses. Nessa etapa em que estamos lutando pelo desbloqueio dos orçamentos, fazíamos reuniões sistemáticas com a Secretaria Executiva e a de Ensino Superior. O

que precisamos fazer é conseguir convencer a dar prioridade aos investimentos à Educação, Ciência e Tecnologia. Se esse debate não tiver êxito dentro do Poder Executivo, aí entra o esforço no Parlamento.

Em 2019, as primeiras grandes manifestações contra o governo Bolsonaro foram provocadas por cortes nos orçamentos das universidades e institutos federais de ensino. A Andifes pretende atuar para sensibilizar a sociedade civil na defesa dessas instituições?

Nós respeitamos as diferenças de senso de atuação. A atuação dos movimentos sindicais é diferente da que a Andifes mantém, que é junto aos canais institucionais. Mas a Andifes mantém um diálogo muito aberto com as entidades, esclarecendo o tempo inteiro a situação orçamentária para que tenham clara ideia do que está ocorrendo. Esse canal de diálogo é importante para a Andifes porque são instâncias diferentes de atuação política, e as duas precisam se somar e atuar juntas.

Além da recomposição do

FOTO: DIVULGAÇÃO / ANDIFES



orçamento e do debate sobre a retomada das atividades presenciais, quais são as outras prioridades da sua gestão?

Ano que vem é ano de eleições gerais, e a Andifes entende que é um importante espaço para confecção e elaboração de políticas de Educação Superior e de Ciência e Tecnologia que possam ser apresentadas para os candidatos. A ideia é que isso envolva uma ampla participação dos reitores e reitorias. Pretendemos trabalhar nessa linha para apresentar para todos os candidatos.

Temos uma crise de financiamento muito grave na pesquisa. Há intenção da sua gestão de trabalhar para que esse orçamento seja recomposto?

Sem dúvida. Além de constar na nossa proposta de política, também temos algumas atuações específicas. Tivemos debates importantes e conseguimos aprovar uma lei que transforma o FNDCT em um fundo financeiro. Estamos trabalhando junto ao CNPq, com a SBPC, com a ABC, na linha

de defender que recursos sejam aportados na pesquisa dentro das instituições universitárias e de pesquisa pública.

Há um grande debate no meio acadêmico sobre os reitores nomeados pelo governo que não foram escolhidos pelas comunidades. A Andifes pretende entrar nesse debate?

A Andifes já participa desse debate, que nos atinge diretamente, e defende alguns princípios universitários, como a autonomia e os processos democráticos e participativos dentro das instituições. A Andifes é contra toda medida que possa ir contra esses princípios, mesmo que esteja amparada em preceitos legais. Vivemos em uma realidade na qual, a partir do momento em que nomeações se dão dentro da legalidade, mesmo que ocorram fora de alguns princípios que nós defendemos, temos que lidar com isso e respeitar a legalidade dessas decisões. Naturalmente, a partir do momento em que temos reitores que foram nomeados sem que tenham vencido as eleições, os debates ficam mais acalorados dentro da Andifes.

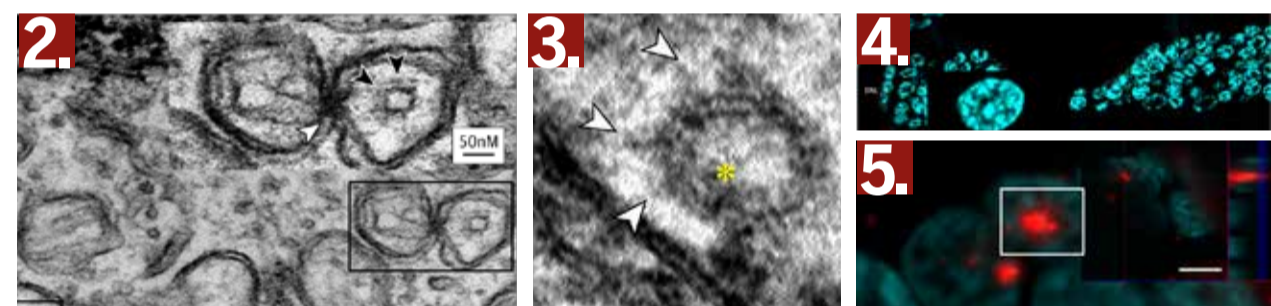
Na semana passada, cinco reitores, todos nomeados sem terem vencido a consulta pública nas suas universidades, pediram desfiliação da Andifes. Como o senhor pretende trabalhar para unificar a associação?

Posições divergentes de dirigentes são comuns na história da Andifes. O que precisamos fazer é manter a unidade.

ESTUDO DETECTA PRESENÇA DO CORONAVÍRUS NA RETINA

KIM QUEIROZ
comunika@adufrrj.org.br

AS ETAPAS DA PESQUISA



1: Imagem do fundo do olho esquerdo do paciente 1 antes da morte

2: Visualização de alterações reticulares e partículas virais presumidas por microscopia eletrônica de transmissão no tecido retinal

3: Partículas virais presumidas por microscopia eletrônica de transmissão no tecido retinal

4: Presença de rotulagem para proteína nucleocapsídeo na retina neurosensorial

5: Presença de rotulagem para proteína S1 na retina neurosensorial

analísamos esse material, e rapidamente nós aceitamos”, conta Wanderley. Todas as amostras do estudo, obtidas a partir de vítimas da covid-19, foram enviadas pela Unifesp. Através da microscopia, os pesquisadores da UFRJ puderam identificar as diversas lesões apontadas pelos médicos de São Paulo, e também confirmar a presença de estruturas semelhantes ao vírus na retina.

“Primeiro a gente prepara uma solução fixadora especial, que é enviada para São Paulo. O tecido é colocado nessa solução, que mata todos os vírus, mas preserva a estrutura do tecido”, explica o professor. As soluções são preparadas no LUCHM, e as observações feitas no Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem (Cenabio), ambos localizados no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ. “O tecido é enviado para cá e aqui ele é processado por alguns dias, até a obtenção dos cortes. Eles são levados para um microscópio óptico para análise do aspecto geral e, se estiverem bem,

MAIS CONHECIMENTO
A parceria foi proposta por pesquisadores do Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais da Escola Paulista de Medicina (EPM/Unifesp), que detectaram em maio de 2020 alterações na retina como consequência da covid-19. Na ocasião, o estudo foi publicado no periódico inglês *The Lancet*. “Eles nos perguntaram do interesse de

PERFIL

WANDERLEY DE SOUZA

Um dos coordenadores do projeto, professor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/UFRJ) e chefe do Laboratório de Ultraestrutura Celular Hertha Meyer (LUCHM).

ALLÉXYA AFFONSO

Coautora da pesquisa, médica oftalmologista e doutoranda em Oftalmologia e Ciências Visuais pela Unifesp.

CARLLA SILVA

Coautora da pesquisa, doutoranda no programa de pós-graduação do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF/UFRJ). É mestre em Ciências Biológicas (Biofísica) pelo mesmo instituto.

levamos para um microscópio eletrônico de transmissão, no Cenabio”, descreve Wanderley.

A dificuldade para avaliar as amostras faz dessa pesquisa uma descoberta singular. “Não é comum que partículas sejam detectadas na retina, pois as técnicas para análise e detecção das partículas são complexas”, observa a doutora Alléxya Afonso, coautora da pesquisa. Médica oftalmologista e pesquisadora pela Unifesp, Alléxya acredita que à medida que se adquire mais conhecimento sobre os mecanismos de ação do vírus, mais fácil se torna a busca por combatê-lo. “Saber que o vírus está presente nos tecidos oculares nos ajuda a entender como ocorrem as alterações oftalmológicas devido a sua ação”, afirma.

O grupo de pesquisadores em São Paulo, coordenado por Rubens Belfort Jr., professor da EPM/Unifesp e presidente da Academia Nacional de Medicina, começará a aprofundar os exames oftalmológicos em pacientes vivos, infectados pela covid-19. Wanderley, que coordena o grupo da UFRJ, observa que ainda há muita pesquisa pela frente. “Agora nós temos que estudar a questão de todas as lesões que aparecem, em pacientes de diferentes graus de infecção”, afirma o professor. No entanto, os pesquisadores do seu laboratório só poderão participar de estudos relativos às vítimas fatais. “Nós precisamos avaliar com microscópios o tecido, que só pode ser obtido de fragmentos dos olhos daqueles que já faleceram”, finaliza Wanderley.

SISTEMA NERVOSO CENTRAL
Além do Sars-Cov-2, outros vírus já haviam sido identificados como causadores de danos na retina, a exemplo do herpesvírus e do citomegalovírus. “Esses vírus exigem muita atenção, pois

possuem a capacidade de entrar no sistema nervoso central”, destaca Carlla Silva, doutoranda do IBCCF/UFRJ e coautora da pesquisa. Ela explica que nem todos os patógenos são identificados com essa capacidade, pois o sistema nervoso central tem barreiras de defesa. No caso da retina, existe a barreira hemato-retiniana e, no cérebro, a barreira hematoencefálica. “São barreiras especiais, com células de proteção. Devemos ter um olhar ainda mais vigilante para os vírus que são capazes de invadir esses tecidos”, ressalta.

Segundo Carlla, outros artigos já vinham indicando a presença de partículas do Sars-Cov-2 em regiões próximas à retina, tanto em lágrimas quanto no tecido da conjuntiva, que estão em torno do olho. “Essa pesquisa reforça que não é só a parte respiratória que pode ser afetada. Muitas vezes as pessoas sequer manifestam esse quadro respiratório, e sim problemas intestinais e gástricos, entre outros”, lembra. A confirmação de que o vírus pode chegar à retina desses pacientes possibilita que os médicos deem mais atenção a determinadas queixas, que podem indicar quadros oftálmicos. “Esse é mais um estudo para somar no conhecimento de como esse vírus atua, se replica, como ele invade os sistemas do corpo, e quais são as avaliações que o médico pode fazer”, diz.

O grupo de pesquisadores em São Paulo, coordenado por Rubens Belfort Jr., professor da EPM/Unifesp e presidente da Academia Nacional de Medicina, começará a aprofundar os exames oftalmológicos em pacientes vivos, infectados pela covid-19. Wanderley, que coordena o grupo da UFRJ, observa que ainda há muita pesquisa pela frente. “Agora nós temos que estudar a questão de todas as lesões que aparecem, em pacientes de diferentes graus de infecção”, afirma o professor. No entanto, os pesquisadores do seu laboratório só poderão participar de estudos relativos às vítimas fatais. “Nós precisamos avaliar com microscópios o tecido, que só pode ser obtido de fragmentos dos olhos daqueles que já faleceram”, finaliza Wanderley.

NOTAS

PLENÁRIA DEBATE GREVE GERAL DOS SERVIDORES

Na quarta-feira (4), entidades representativas do Serviço Público do Rio de Janeiro se reuniram em uma plenária unificada. O tema do encontro foi a greve geral dos servidores públicos, programada para o dia 18 de agosto. A orientação é por atividades descentralizadas em todo o estado, e na capital haverá uma passeata, às 16h, saindo da Candelária

em direção à Praça 15. É possível que o calendário de lutas se amplie, e que no feriado de 7 de Setembro ocorra outra manifestação. “Precisamos ampliar essa data não só para os servidores públicos, mas para todos que necessitam do Serviço Público”, defendeu Duda Quiroga, do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe).

MOBILIZAÇÃO CONTRA PEC 32 PRESSIONA O CONGRESSO

Servidores públicos realizaram ato contra a proposta de reforma administrativa (PEC 32), em Brasília, na terça-feira (3). A manifestação reuniu o funcionalismo público das esferas municipal, estadual e federal, no pátio do Museu Nacional da República, com faixas de protesto e carro de som. Sindicatistas centraram as falas na denúncia do impacto negativo da reforma

para o público. Os servidores caminharam pela Esplanada dos Ministérios e em torno do Congresso Nacional, onde protocolaram o manifesto aprovado pelo Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, realizado nos dias 29 e 30 de julho. O documento enumera os motivos pelos quais a PEC 32 não deve ser aprovada.

PROJETO RESGATA LEGADO DE BEATRIZ NASCIMENTO

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrj.org.br

Há um provérbio em yorubá que diz: Èyàn kì í mo iyì ohun tó ní, àfi tó bá soó nù. Em tradução livre, quer dizer: O homem raramente aprecia aquilo que tem, até perdê-lo. Para a UFRJ, foram necessárias quase quatro décadas para apreciar o brilho e a importância de uma de suas estrelas. Nesta semana, a secretaria do Conselho Universitário recebeu uma proposta para homenagear uma das pioneiras nos estudos sobre o negro na academia. Maria Beatriz Nascimento, professora, roteirista, poeta e ativista pelos Direitos Humanos pode ganhar o reconhecimento como Doutora Honoris Causa da instituição, 36 anos após ser assassinada pelo namorado de uma amiga. À época, Beatriz cursava a pós-graduação da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ.

“Reconhecer Beatriz como Doutora Honoris Causa é reconhecer seu pioneirismo e sua prática política e intelectual, que era completamente implicada na construção da sociedade, no reconhecimento da humanidade das pessoas afro-brasileiras violentadas pelo processo escravagista. Mas rompendo com a historiografia básica que sempre via a população negra restrita à escravidão”, afirma Vinícios Kabral Ribeiro, professor da Escola de Belas Artes e proponente da homenagem.

Para Vinícios, a concessão do título é um legado para futuras gerações. “É uma honra ter a Beatriz entre as pessoas que passaram pela universidade. Toda uma geração de jovens que entra agora na graduação lendo os textos dela será impulsionada por esse legado. Ela oferece as bases para a gente refundar as bases do nosso país, refundar os fundamentos e não mais a dor, a ferida do racismo. É a possibilidade de olhar de uma forma corajosa para o nosso passado”, espera o professor, para quem o Brasil se torna um pouco mais humano se o título for concedido.

O projeto parte da ECO, última casa acadêmica de Maria Beatriz Nascimento, que era natural de Aracaju e pós-graduada em História pela UFRJ. Enquanto cursava o mestrado em Comunicação, com orientação do professor Muniz Sodré, foi vítima de feminicídio, aos 52 anos. Na quarta-feira (4), o relatório final foi recebido pelo Consuni, que ainda não divulgou a data do julgamento. Além de Vinícios, a comissão que defende o título é composta pela diretora da ECO, Suzy Santos, pelo professor Vantuil Pereira e pelo biógrafo de Beatriz, Alex Ratts.

“Levantamos informações que dessem robustez à solicitação. Justificamos o título pelo racismo estrutural, que impediu que em vida ela tivesse esse reconhecimento. Colocamos o pioneirismo com que ela desenvolveu seu conceitos, principalmente em relação aos quilombos”, explica Vinícios. O professor conhece a trajetória de Beatriz desde a sua graduação, em



Toda uma geração de jovens que entra agora na graduação lendo os textos dela será impulsionada por esse legado”

VINÍCIOS KABRAL RIBEIRO
Professor da Escola de Belas Artes

Goiânia, quando foi aluno de Alex Ratts e teve contato com a produção acadêmica da autora. Em 2012, ao ingressar no doutorado na ECO, foi surpreendido. “Quando cheguei lá, fiquei muito curioso pela história, mas me assustei com a ausência dessa memória. Meus colegas não sabiam quem era a Beatriz, muito menos que ela tinha passado pela ECO”, relembra. Para Vinícios, nunca é tarde para reparar. “É um compromisso futuro, mostrar que a universidade está atenta às dinâmicas do presente, e se empenha em reparar essas lacunas”, acredita.

A filha de Beatriz, Bethania Nascimento, vê o título como a continuação do pensamento e do trabalho da mãe. “Se ela estivesse viva, onde estaria Beatriz neste momento? Esse título prova para mim que, de uma certa maneira, ela está viva entre nós, nos guiando. E também em outros momentos, como nos coletivos com o nome dela em outras universidades, como no reconhecimento do coletivo André Rebouças, que foi o primeiro grupo de discussão de negros na academia. É um passo para a gente se encontrar como

verdadeiros cidadãos deste país”, define a dançarina profissional, que mora nos Estados Unidos desde os anos 1990. “Quando reconhecermos nossa verdadeira história, tenho certeza de que melhoramos na Educação, no crescimento de outros e em nós que estamos renascendo todo dia”, completa.

Bethania lembra que desde criança via sua mãe falando sobre a questão do negro no Brasil. “Eu ouvia isso repetidamente, e me perguntava o que estava acontecendo com o negro. Fui vendo o mundo e o Brasil como ele é a partir do olhar de minha mãe”, reflete. Beatriz não foi uma mãe convencional para os anos 1970. “Ela tinha uma missão aqui, e era mais do que ser mãe. Meu cotidiano não era de minha mãe me levar na escola. Com sete anos comecei a ir para a escola sozinha. Dez anos depois, com 17, quando vim para Nova York, não sofri. Ela me preparou para isso. Sou uma cobaia de Beatriz Nascimento”, confessa. “Apesar de não ter sido uma mãe convencional, eu e ela tínhamos uma grande amizade. Eu amava minha mãe incondicionalmente”, expressa.

MULHER TRANSATLÂNTICA

“A investigação sobre o quilombo se baseia em parte pela questão do poder. Por mais que um sistema social domine, é possível que se crie aí dentro um sistema diferenciado. É isso que o quilombo é. Só que não é um Estado de poder no sentido que entendemos: poder político, de dominação. Porque ele não tem essa perspectiva. Cada indivíduo é o poder, cada indivíduo é o quilombo”. O trecho é do documentário Óri, de 1989, dirigido por Raquel Gerber, com pesquisa e narração da historiadora Maria Beatriz Nascimento. O longa acompanha, entre 1977 e 1988, as atividades do movimento negro nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Alagoas, conectando as pautas políticas e culturais com as tradições de países como Senegal, Mali e Costa do Marfim, localiza-

dos na África Ocidental.

Para Beatriz, era preciso enxergar a população negra pelo modo de vida que foi trazido do continente africano para o continente americano. É uma civilização transatlântica, com a dor da diáspora, mas também com uma organização política e cultural em busca da liberdade. “Toda a dinâmica deste nome mítico, religioso e oculto que é o Óri se projeta a partir das diferenças, dos rompimentos numa outra unidade. Na unidade primordial, que é a cabeça, que é o núcleo. O quilombo é o núcleo”, define Beatriz na narração do filme.

Para Alex Ratts, coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás e autor do livro “Eu sou Atlântica”, sobre a trajetória de vida de Maria Beatriz Nascimento, Óri foi o primeiro contato com a historiadora, e um divisor de águas. “Teve um grande impacto no que eu fazia. Eu trabalhava com comunidades negras rurais e precisava desta compreensão de quilombo. Durante o doutorado, tive contato com o conceito de quilombo de Beatriz Nascimento e com o material de pesquisa do filme”, conta.

Em 2007, quando foi lançado o livro “Eu sou Atlântica”, houve uma divulgação expressiva pela imprensa e na internet, e uma segunda edição está nos planos de Alex. “Cada vez mais sinto que a universidade tem dificuldade em reconhecer o pensamento de pessoas negras, LGBT e indígenas como propulsor de conhecimento. Você pode passar todo um curso sem ler essas pessoas”, relata. “O livro tem esse papel de mostrar a autoria dela, eu senti a importância de publicar por serem ideias que precisam fluir na sociedade”, completa.

Para o professor Vantuil Pereira, diretor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH), Beatriz Nascimento tem dupla entrada no campo acadêmico. “Ela começou a estudar num dos momentos mais difíceis da democracia no Brasil, em 1968. Mulher negra, que vem de Sergipe para o Rio, onde tem contato com alguns acadêmicos negros. Ela é uma das primeiras jovens intelectuais de uma nova geração que passa a pesquisar e discutir a questão racial dentro da universidade, numa época que era crime de lesa-pátria falar de racismo no Brasil”, discorre.

Vantuil falou da valorização da obra de Beatriz. “Estudar a Beatriz, por um lado, é recuperar o sentido histórico da própria luta racial no Brasil, que durante a ditadura foi muito reprimida. No ponto de vista presente, ela cumpre o papel de indicar o diminuto lugar dos professores negros na universidade. Ela foi professora da rede estadual de ensino, mas não foi acadêmica. Foi estudiosa, publicou, mas não ocupou espaço na universidade”, explica. “É uma luz para a universidade neste momento, para pensar o lugar dos professores negros, a importância de recontar a memória negra acadêmica”, conclui o professor.